

## PRIMEIRA LINHA ENTREVISTA

JOSÉ REIS ECONOMISTA

# “O grande mecanismo de coesão social é o emprego”

Foi uma voz durante a crise das dívidas a apontar para alternativas. José Reis, catedrático jubilado no final de novembro na Faculdade de Economia de Coimbra, acredita em duas ideias económicas para o país fazer caminho hoje: centralidade ao emprego e especialização produtiva com mais valor nacional.

MARIA CAETANO

mariacaetano@negocios.pt

RICARDO ALMEIDA

Fotografia

José Reis identifica três momentos em que o pensamento económico transformou o país: pós-25 de Abril, entrada na CEE e no euro. Hoje, diz, são precisas novas ideias sobre as relações de trabalho e a especialização produtiva de Portugal.

**Foi dos primeiros formados da Faculdade de Economia de Coimbra, em 1978. Tinha então ideia diferente do papel que a disciplina económica deve ter?**

Encontro o mesmo tipo de preocupações. É 1974, há uma transformação política, social, fortíssima. Qual a primeira coisa que atrai um estudante no 1.º ano de economia? Tudo o que tem a ver com a dimensão concreta de um país em transformação. Gosto de chamar à economia a disciplina que estuda a vida material. Outros dizem outras coisas: que estuda os mercados, que estuda as decisões individuais, ou a ciência que quantifica determinadas relações económicas. O estudo da vida material, de um ponto de vista de economia política, estava muito presente. Mesmo algumas influências que tinha na época... Um autor, das minhas grandes referências no país, João Martins Pereira, em abril de 1974 publicou um livro chamado “Indústria, Ideologia e Quotidiano”. Anos antes tinha publicado provavelmente a grande novidade do pensamento económico no país, “Pensar Portugal Hoje”. Esta ideia da economia como a ciência da vida

material e da deliberação coletiva esteve presente. A primeira coisa que fizemos, mal houve o 25 de Abril, foi discutir o plano de curso que íamos estudar. E foi-se modificando neste sentido.

**Do que nas últimas décadas foi estudado pelos nossos economistas, quanto foi possível traduzir para o poder?**

Tenho um projeto de investigação aprovado pela FCT, em que estou a trabalhar com colegas. Tem que ver com a compreensão de Portugal e do crescimento económico do 25 de Abril para cá. Há duas ideias, pouco sensatas ou fundadas, que consistem a dizer, primeiro, que o crescimento económico foi nos anos 1960. Falam dos anos dourados. Se é verdade que houve grandes taxas de crescimento, foi exatamente quando foram postas a andar daqui para fora 1,4 milhões de pessoas, sob forma legal e ilegal de emigração. Não criava emprego. Fico perplexo. É loucura – intelectual, naturalmente.

**Qual é a segunda?**

A segunda ideia mirífica é que, depois da Revolução, a economia

só começou a crescer com a integração na CEE. Se tivermos uma atitude tranquila, se formos estudar, vemos que há um ciclo de crescimento muito significativo logo no pós-25 de Abril e até a meados dos anos 1980. É um ciclo muito semelhante ao que se segue depois da integração na CEE. A primeira pessoa a dizer isto foi o professor Silva Lopes, não é originalidade minha. Mas esse é um ciclo de crescimento que se traduz na criação significativa de emprego. De tal forma que temos um país que cresce demograficamente a partir daí e que não emigra. Havia, de antes do 25 de Abril, um pensamento económico estruturado, muito clarividente – de pouca gente, a comunidade de economistas era pequena –, capaz de formular as suas ideias – ideias desenvolvimentistas, que foi isso que na altura perdurou –, e foi capaz de as transmitir para as decisões e para o poder. Até porque muitos foram ministros. Falo de Francisco Pereira de Moura, Mário Murteira, João Cravinho, João Martins Pereira. E também há ideias económicas que depois influenciam, por exemplo, toda a questão da integração da CEE. É

evidentemente uma determinação política, mais do que ninguém de Mário Soares, mas havia um pensamento sobre as vantagens da integração que influenciou muito. A outra grande fase de grande influência no poder e nas decisões políticas é a fase da integração monetária. António Guterres, já lhe ouvi várias vezes, com aquela jovialidade com que diz as coisas: “convenceram-me, o Vítor Constâncio convenceu-me, de que com a integração numa união monetária, o chamado risco cambial desaparecia”. Portanto, as questões de financiamento nunca seriam graves. O engenheiro Guterres agora, rindo-se, conta isso. Já não podemos dizer que foi bom conselho. Veio-se a verificar que, afinal, o risco cambial existia, com as taxas de juros a pagar. O pensamento económico tem sempre estas duas faces. Para dizer isto de forma moderna, tem narrativas coerentes. E é aquilo de que porventura a gente precisava hoje: saber quais as boas ideias económicas que, num país como o nosso, deviam vir para cima da mesa.

**Quais seriam?**

A primeira é a de que o sistema de emprego é fundamental: o tipo de relações laborais que se estabelece, a forma como estão organizadas, o sistema de remunerações, as atividades às quais o trabalho é alocado. Defendo que deve haver políticas públicas de natureza social, formas de integrar aqueles que estejam do lado desprotegido da vida. Mas o grande mecanismo de coesão social é o sistema de emprego, a relação de trabalho. É uma ideia fundamental que devia ser tributária de uma outra: a de que para haver um bom sistema de emprego temos de começar por discutir...

**A nossa atividade produtiva?**

O chamado perfil de especialização. Quando três quartos da mão de obra estão em setores cuja produtividade é inferior à média, às vezes muito inferior à média, temos um problema de criação de riqueza. Temos empresas que se refugiam em setores mais fáceis, mas que não são criadores de riqueza. Têm de ir buscar mão de obra que pagam mal. Não criam valor. Estas duas ideias, uma ligada ao sistema de emprego e outra correlacionada, sobre o perfil de especialização, são fundamentais. Depois, há outras. Discutimos a nossa inserção internacional de uma forma muito acritica. É frequente ouvirmos dizer que as exportações atingiram 50% do PIB. É verdade. Mas que exportações? As industriais?

**Tem havido, apesar de tudo, crescimento dos serviços fora do turismo.**

Sem dúvida. Há setores terciários que são de elevada produtividade e salários diferenciados.

**Não de capitais nacionais?**

Até podíamos estar a esquecer isso. Mas, sobretudo, é uma lógica de especialização que não traz para o lado bom a própria dimensão produtiva industrial. Nós exportamos, é verdade. Mas qual é o conteúdo nacional dessas exportações? É baixo. E é sobretudo baixo em ramos industriais, porque evidentemente não é baixo no turismo. O que é que isto quer dizer? Que estamos a exportar, mas importamos antes. A balança de bens tem, desde sempre, em todas as séries longas da economia portuguesa, um défice muito acentuado em percentagem do PIB. ■

**“Temos empresas que se refugiam em setores mais fáceis. Não criam valor.”**

**“É frequente ouvirmos que as exportações atingiram 50% do PIB. Mas que exportações? As industriais?”**



## “Estamos a fazer das tripas coração para reequilibrar a dívida externa”

**Como se consegue melhor especialização da economia. Melhor sistema de emprego?**

Há uma coisa básica que nos acompanha como país. Portugal é uma periferia europeia porque tem desequilíbrios que não resolvem. O primeiro é o produtivo. O outro é um desequilíbrio no mercado de trabalho que dá origem a correntes migratórias. O terceiro é o mais recente de todos, curiosamente: o desequilíbrio financeiro perante o exterior, a dívida externa. No início dos anos 1990, era praticamente zero. Depois foi crescendo, teve valores ainda relativamente baixos durante vários anos, até chegar àquele pico dos 100% [2014]. Esta questão financeira é muito importante, porque já sabemos tudo sobre isso. Para o mal, quando os juros dispararam. Estamos a decrescê-la. Ótimo. Mas porque estamos a colocar lá fora ativos financeiros para re-

duzir esse desequilíbrio. Faz sentido. Mas tínhamos duas hipóteses. Estava a acontecer porque éramos uma economia que se tinha tornado super-robusta. Ninguém tem coragem para dizer isso. Então, na verdade, é porque estamos a fazer das tripas coração – e provavelmente já não temos coração – para reequilibrar essa dimensão financeira. Tudo o que se passa com a estrutura da economia, com níveis salariais, com os setores da atividade produtiva, mesmo de baixa produtividade, parece estar hipotecado a esse objetivo de diminuir a dívida. Precisamos de saber quais são os nossos desequilíbrios perante o exterior: produtivo, migratório e financeiro. Houve um pequeno hiato positivo no pós-25 de Abril. Criámos emprego internamente, mas a balança comercial não estava equilibrada.

**E crescemos muito em popu-**

**lação com o processo de descolonização?**

É uma das coisas mais extraordinárias da economia portuguesa. No prazo de dias, não foi anos, tivemos meio milhão de pessoas. Chega-se a falar de perto de um milhão. Como é que este país foi capaz de absorver bem essas pessoas? Ali, naquele período tínhamos uma economia que, do ponto de vista social e económico, era muito dinâmica. Sou testemunha de como isso alterou significativamente as cadeias de distribuição e de comercialização no país. Foram absolutamente densificadas, renovadas, por exemplo, por gente, não os únicos, que vinha de África. Numa lógica de iniciativa individual. As pessoas chegavam a Lisboa, aos cais, ao aeroporto. Em dada altura, o Rossio era um grande sítio de aglomeração destas pessoas. Mas a maior parte dispersou-se imediatamente pelo território. É extraordinário que tenha

acontecido. Temos aqui um dinamismo de uma sociedade e de uma economia que é forte. E que é um dinamismo para dentro, para a reorganização interna. Como sabemos, hoje temos dinamismos para fora.

**Contrasta com a reação forte, hoje, sobre a capacidade de absorver a imigração.**

A lógica da inclusão foi diferente e é esse o problema. É em setores que são novos e poucos qualificados. A agricultura intensiva do Ribatejo, Alentejo e Algarve, os empregos menos qualificados da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Temos um influxo de mão de obra que não está a ser incluída na sociedade. Vivem em casas sobrelotadas, em más condições. É uma lógica muito periférica. Periférica dentro do próprio país, e dentro da AML. Temos um problema de modelo económico na AML e isso é mau para o país. ■

### PERFIL

## Um economista no seu tempo

É professor catedrático, agora jubulado, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, cujo plano de estudos ajudou a construir com outros, após o 25 de Abril. É investigador do Centro de Estudos Sociais e coordenador do Observatório Crises e Alternativas. Defende uma disciplina económica no tempo e no espaço; uma economia política institucionalista. A sua é a de Portugal das últimas décadas, territórios e necessidades, e feita entre as instituições do processo democrático. Tem sido, sobretudo, académico, mas foi também presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro (1996-1999) e secretário de Estado do Ensino Superior (1999-2001) no Governo de António Guterres.

## PRIMEIRA LINHA ENTREVISTA

JOSÉ REIS ECONOMISTA

# “Falta que o orçamento da UE seja mais do que escassos 1,4% do PIB”

**José Reis entende que os recursos da UE vão ter de aumentar num momento em que as regras orçamentais restringem as grandes economias europeias. Nova dívida comum vai depender da “dimensão da tragédia”.**

MARIA CAETANO

mariaacaetano@negocios.pt

RICARDO ALMEIDA

Fotografia

**P**ara José Reis, a Europa está em risco de se tornar uma periferia mundial e precisa de se recentrar, o que vai exigir algum fechamento.

**Depois dos PRR, será possível voltar a mobilizar recursos dessa ordem para satisfazer os chamados desafios estratégicos da UE?**

Parece-me necessário e possível. A UE, sobretudo na fase financeira de criação da União Económica e Monetária, foi o bom aluno das tendências mundiais que apostavam na circulação de ativos financeiros, independência dos bancos centrais. E deu-se mal. A Europa está em sério risco de se tornar uma periferia do sistema mundial. Precisa de se recentrar nela própria para se reorganizar. O plano Draghi...

**É uma espécie de plano Costa Silva a nível europeu?**

Em todo caso, não tão dirigido como o plano Costa Silva, que foi possível decalcar no próprio PRR. É alguém que vem dizer “bom, ninguém se organizou, cada um para o seu lado”, e perdeu-se em dimensões essenciais de nível produtivo. É possível a Europa fazer isso. Quando vimos o PRR desencadear coisas que pareciam completamente impossíveis, como a dívida comum, achámos que era possível ir muito mais adiante e não ir

só a correr atrás da desgraça, ou atrás da guerra como agora, mas ter uma capacidade de organização industrial, de reequilíbrio das relações entre os países. A Europa precisa de determinar esses recursos para si própria, por meios próprios. Tem capacidade de criação monetária e de criação de financiamento conjunto. Isso é muito importante para estruturar esse planeamento. Não gosto de ouvir falar de segurança apenas de forma securitária, mas gosto quando tem que ver com autossuficiência, com reorganização de recursos para finalidades próprias. A Europa vai ter que fazer esse caminho.

**Parece possível haver financiamento comum?**

Sabemos qual foi a reação ao relatório Draghi. A coisa mais triste é ter de dizer que depende da dimensão da tragédia. Quando a tragédia é grande há respostas.

**Porque pode haver agravamento na Ucrânia?**

Claro, com consequências em recursos fundamentais. Um agravamento da situação na Ucrânia e da situação na América. Nos capi-

talismos do século XX as economias robusteceram-se quando foram mais obrigadas a autoestruturarem-se e não a estarem dependentes de lógicas de abertura muito ousadas. Não sou pelo fechamento das economias, mas parece-me que a história nos indicou um bocadinho isso.

**Tem havido receio de que o orçamento dos 27 acabe por retirar verbas da coesão para estas prioridades.**

Há convicções elementares. A história ajuda. A Europa fez o que fez do ponto de vista da sua Constituição e de criar mecanismos de coesão por ser uma estratégia de paz. Há questões que são de defesa, e elas começam na economia. Mas, se temos de deliberar dramaticamente entre despesas militares ou de coesão, estamos em má situação. Há um problema sério.

**Há limites para o que devem ser verbas de coesão?**

As armas estão com certeza para além desses limites.

**Há o regresso da disciplina orçamental. Discutiu-se mu-**

**to a austeridade e o seu efeito. Há risco de uma restritividade demasiado forte?**

A governação económica europeia foi sempre restritiva. Toda essa lógica é contemporânea quer da construção da União Monetária quer daquilo a que hoje chamamos de governação económica europeia. Houve restritividade há uns tempos sobre as periferias. Hoje começa também a ser, ou vamos ver se é, sobre os centros. Essa dimensão de contração das economias foi sempre inerente. Porque lhe falta um pilar do orçamento europeu.

**Falta um fundo soberano?**

Falta mesmo que o orçamento europeu seja mais do que escassos 1,4% do PIB comunitário, e nunca se lá chega. Essa dimensão de alguém que conduz os poderes de uma forma de economia política, agindo só sobre as condicionalidades, sem agir do lado da ação pública – que num país se traduz no Orçamento do Estado e nos outros fundos – dá mau caminho. Estou a advogar uma solução federalista? Não necessariamente. Imaginemos que o orçamento comunitário era 5% do PIB. O caso muda de figura. E vamos acreditar que esse conjunto de recursos vai corresponder a uma racionalidade e identificação dos principais problemas, como nos PRR. Se isso existisse, a lógica contracionista da governação europeia provavelmente não seria tão dramática, seria equilibrada. Temos a França, temos a situação alemã, sobre a qual todos estamos agora preocupados... Tenho muita dificuldade em imaginar que, com os velhos instrumentos, a UE seja capaz de ter capacidade de resposta.

**“A Europa está em risco de se tornar uma periferia mundial.”**

**“Se temos de deliberar dramaticamente entre despesas militares ou de coesão, estamos em má situação.”**

**Portugal sofrerá com a Alemanha? O que é que se faz em relação ao setor automóvel? É tarde?**

Tarde é uma palavra que faz sempre muito sentido quando na economia portuguesa se fala sobre setor automóvel. Tivemos a nossa indústria automóvel quando ela se tornou um setor tardio, maduro e já de pouca influência. Por causa da situação





americana e da questão da transição energética, é um risco. É um assunto sério. Todos nós, em Portugal, celebramos a Autoeuropa. E bem. Mas do ponto de vista da indústria automóvel, a economia portuguesa é mais uma plataforma do que um centro de racionalidade industrial. Não custa admitir que esse setor é muito mais frágil. ■

**“Falta um pilar do orçamento europeu à governação económica.”**

**“Do ponto de vista da indústria automóvel, a economia portuguesa é uma plataforma.”**

## “Os ‘*numerus clausus*’ na medicina foram os primeiros. Tive de agir sobre aquele gargalo”

**Como secretário de Estado do Ensino Superior, alargou vagas de Medicina. Que planeamento foi feito na altura?**

Tive a sorte de ter andado por outros caminhos, com um grande vínculo ao planeamento. Fui presidente da comissão de coordenação da região Centro antes de ir para o Governo. Tive muito gosto nessa altura em ver um exercício de planeamento em ação, do ponto de vista das capacidades industriais de uma região, da estruturação do sistema urbano. Quando cheguei à Secretaria de Estado do Ensino Superior, havia um grande problema, que era o da proliferação de cursos e, sobretudo, o da proliferação, sem condições, dos cursos no ensino privado. Era uma questão muito forte em Portugal, que felizmente desapareceu. Houve uma capacidade de valorização, não era privilégio, da dimensão pública do ensino superior, também numa lógica de racionalização e de dotação de recursos. Foi possível, num quadro de planeamento e de evolução crescente das vagas, estruturar a oferta, com regulação da criação de novos cursos e do sistema de ensino superior. E havia a questão de Medicina. Foi possível fazer, em dois anos, aumentos de 70%. Felizmente, mais tarde, as vagas aumentaram com a criação de novas escolas. Essa tendência acabou por ser superada.

**Mas é vista como problema ainda hoje.**

Mas não pode chegar ninguém à Secretaria de Estado de Ensino Superior e dizer: agora, vou aumentar 100%. É totalmente tolo, não é realizável. Uma ação de aumento das vagas dependia, primeiro, de determinação política. Era a determinação do secretário de Estado e do ministro. E existiu. Mas havia muitas oposições a isso. Mal cheguei ao Governo houve, em Be-

lém, com o Presidente Sampaio, o encerramento de uma presidência aberta sobre a Saúde. Pude, de copo na mão, estar ali em conversa com toda a gente das faculdades de Medicina. E eram, como sempre são, absolutamente reativas a quaisquer aumentos. Cheguei ao ponto patético de receber estudantes de Medicina que me iam dizer que agora que eles já estavam lá dentro, por favor, não abraze mais vagas. Determinação política, mas planeamento. O planeamento consistiu em haver contratos que foram muito fortes com as faculdades de Medicina e com os hospitais, para tornar mais sólida e mais rápida a formação hospitalar dos estudantes. Mas havia um grupo de trabalho sobre a saúde, que já vinha antes da minha chegada ao Governo, que era presidido pelo professor Alberto Amaral, e que tinha grande escrutínio de tudo o que se passava nas profissões da saúde, não apenas da medicina.

**Havia programação das necessidades?**

Havia programação, conheciam-se quais eram as necessidades, os estrangulamentos. Os ‘*numerus clausus*’ na Medicina foram os primeiros a existir. Eu tive de agir sobre os efeitos daquele gargalo. Havia um trabalho sério, aliás, também do Governo anterior, do tempo do professor Marçal Grilo. Algumas coisas eram ‘*ad hoc*’, mas muito estruturadas.

**Era importante haver mais planeamento para as necessidades de serviços públicos?**

Tal como noutros aspetos, há coisas que às vezes vêm da urgência. A urgência era, evidentemente, uma grande desregulação da rede, quer pública, quer, sobretudo, privada de ensino superior. Foi uma urgência que desencadeou essa forma de planeamento. ■